



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO DA CARREIRA DE TÉCNICO- ADMINISTRATIVO EM
EDUCAÇÃO**

**EDITAL 020/2008-UFPA
CARGO DE PEDAGOGO
(29 de junho de 2008)**

NOME DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Este Boletim contém o comando da Redação, 37 (trinta e sete) questões objetivas (10 de Língua Portuguesa, 5 de Noções de Informática e 22 de Conhecimentos Específicos) e 2 (duas) analítico-discursivas.
2. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, das quais apenas uma é correta.
3. Confira se a prova está completa e, caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.
4. As respostas das questões devem ser assinaladas no Cartão-Resposta, fornecido especificamente para este fim.
5. O desenvolvimento das questões discursivas e a Redação devem ser feitos no FORMULÁRIO específico para esse fim.
6. Para o assinalamento das respostas às questões objetivas, desenvolvimento das discursivas e da Redação utilize caneta esferográfica de tinta preta (preferencialmente) ou azul, pois **NÃO** serão consideradas respostas e Redação a lápis.
7. O Cartão-Resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo.
8. O Cartão-Resposta só será substituído se contiver falha de impressão.
9. Assine seu nome na lista de presença do mesmo modo como foi assinado no seu documento de identificação.
10. Esta prova terá duração de 5 horas, com início às 8 e término às 13.(horário de Belém).
11. Ao término da prova, devolva ao fiscal de sala todo o material que a compõe.

**BOA PROVA!
ÓRGÃO EXECUTOR**



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 01 A 40.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 10.

ECONOMIA DAS MERCÊS

01 O serviço público brasileiro se caracteriza pela nomeação de parentes (nepotismo), amigos e
02 correligionários. Malgrado leis que procuram estancar esses jogos espúrios e malgrado políticos que atuam com
03 probidade e ética, a prática é adotada por todos os partidos políticos. Num país sério, funções públicas não-
04 eletivas são ocupadas por concursados ou formados por escolas de administração pública. Numa instituição
05 religiosa como a Ordem Dominicana, há oitocentos anos o fim do mandato de um superior se traduz na
06 demissão compulsória de todos por ele nomeados. Assim, evitam-se o continuísmo, do ponto de vista político, e
07 o carreirismo, do ponto de vista administrativo.

08 Na administração pública brasileira pode-se mapear, em detrimento do decoro, frondosas árvores
09 genealógicas. E são mais frondosas e galhadas as dos nomeados por razões políticas, ainda que incompetentes
10 e despreparados.

11 De olho na única moeda que tem valor a seus olhos – o voto – o político instaura a dinastia familiar, de
12 modo que filhos e descendentes percorram a mesma trajetória. Basta que o neto ostente o sobrenome do avô
13 famoso para que as urnas lhe sorriam.

14 Álvaro de Araújo Antunes, professor da Universidade Federal de Ouro Preto, ressalta a documentada
15 “economia das mercês” ou do “dom” e as “redes clientelares” na administração pública no século 18.

16 Hoje, essa “economia das mercês” explica a presença, no governo federal, de ministros que até ontem
17 lhe faziam acirrada oposição e até o consideravam “o mais corrupto da história do Brasil” (Mangabeira Unger).

18 Assim, o projeto político cede lugar aos interesses eleitoreiros; a ideologia ao pragmatismo; e os
19 princípios éticos são sacrificados em benefício de quem suga e dilapida os recursos públicos.

20 Se nossos desmandos têm origem na colônia, isso não significa que nós, brasileiros, somos
21 irremediavelmente macunaímicos, sem caráter. De olho nas eleições municipais deste ano e nas majoritárias de
22 2010, há que incluir na pauta política a urgente reforma do Estado, de modo a vedar os buracos desse imenso
23 queijo suíço das instituições públicas, pelos quais trafegam imunes e impunes as ratazanas devotas do verso
24 franciscano de que “é dando que se recebe”.

Frei Beto, Revista “Caros Amigos”, fevereiro 2008 (texto adaptado).

1 O tema de que trata o texto “Economia das mercês” está relacionado à(s)

- (A) exploração da classe operária brasileira.
- (B) atividades ilícitas na política econômica brasileira.
- (C) reforma político-econômica do Estado brasileiro.
- (D) nomeações para o serviço público brasileiro.
- (E) venda fraudulenta de cargos no setor público brasileiro.

2 Julgue as afirmações que são feitas, abaixo, sobre o conteúdo do texto.

I O título “A economia das mercês” justifica-se pelo fato de o texto tratar de cotas de cargos públicos.

II No segundo parágrafo, expõe-se a idéia de que, no Brasil, a nomeação familiar de políticos é uma prática irreversível.

III Do terceiro parágrafo, compreende-se que, na política brasileira, o nome familiar de um candidato pode lhe garantir a eleição.

IV No último parágrafo, afirma-se que todos os políticos brasileiros são corruptos.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) I e IV
- (E) III e IV

3 Considerando as idéias expostas no texto, a respeito do nepotismo no serviço público brasileiro, pode-se inferir que o autor manifesta uma atitude de

- (A) conformismo frente à falta de ética do servidor público.
- (B) não aceitação ao continuísmo e ao carreirismo.
- (C) descrença no poder do Estado para coibir o nepotismo.
- (D) credibilidade nos candidatos às próximas eleições municipais.
- (E) certeza sobre a demissão imediata dos nomeados por razões políticas.

4 O trecho cuja formulação **NÃO** envolve palavra de sentido figurado é

- (A) “Assim, evitam-se o continuísmo, do ponto de vista político, e o carreirismo, do ponto de vista administrativo”. (linhas 6-7)
- (B) “Na administração pública brasileira pode-se mapear, em detrimento do decoro, frondosas árvores genealógicas”. (linhas 8-9)
- (C) “De olho na única moeda que tem valor a seus olhos – o voto – o político instaura a dinastia familiar, de modo que filhos e descendentes percorram a mesma trajetória”. (linhas 11-12)
- (D) “Basta que o neto ostente o sobrenome do avô famoso para que as urnas lhe sorriam”. (linhas 12-13)
- (E) “... há que incluir na pauta política a urgente reforma do Estado, de modo a vedar os buracos desse imenso queijo suíço das instituições públicas...”. (linhas 22-23)

5 Em relação ao sentido das palavras/expressões do texto, é correto afirmar que

- (A) no primeiro parágrafo, a palavra “probidade” (linha 3) poderia ser substituída por “sabedoria”.
- (B) da expressão “funções públicas não-eletivas” (linha 3), compreende-se “funções públicas sem remuneração”.
- (C) a expressão “demissão compulsória” (linha 6) poderia ser substituída por “demissão obrigatória”.
- (D) na expressão “o político **instaura** a dinastia familiar” (linha 11), o item em destaque poderia ser substituído por “ampara”.
- (E) o item “macunaímicos” (linha 21) refere-se à pessoa que gosta de se envolver em questões políticas.

6 Considerando a relação de idéias expressa no enunciado, está correto o que se afirma na alternativa

- (A) No enunciado “**Malgrado leis que procuram estancar esses jogos espúrios e malgrado políticos que atuam com probidade e ética**, a prática é adotada por todos os partidos políticos” (linhas 2-3), o trecho em destaque expressa, em relação ao que se afirma em seguida, a idéia de concessão.
- (B) No enunciado “E são mais frondosas e galhadas as dos nomeados por razões políticas, **ainda que incompetentes e despreparados**”. (linhas 9-10), a oração em destaque expressa, em relação à anterior, a idéia de conformidade.
- (C) No enunciado “De olho na única moeda que tem valor a seus olhos – o voto – o político instaura a dinastia familiar, **de modo que filhos e descendentes percorram a mesma trajetória**” (linhas 11-12), a oração em destaque expressa, em relação à anterior, a idéia de causa.
- (D) No enunciado “Basta que o neto ostente o sobrenome do avô famoso **para que as urnas lhe sorriam**” (linhas 12-13), a oração em destaque expressa, em relação à anterior, a idéia de condição.
- (E) No enunciado “**Se nossos desmandos têm origem na colônia**, isso não significa que nós, brasileiros, somos irremediavelmente macunaímicos, sem caráter” (linhas 20-21), a oração em destaque expressa, em relação à segunda oração, a idéia de consequência.

7 A alternativa que apresenta um comentário adequado sobre fatos/regras de escrita da língua é

- (A) No enunciado “Na administração pública brasileira **pode-se mapear**, em detrimento do decoro, frondosas árvores genealógicas” (linhas 8-9), seria incorreto, do ponto de vista da norma culta, substituir-se a locução em destaque por “**podem-se mapear**”.
- (B) No trecho “Assim, **o** projeto político cede lugar aos interesses eleitorais...” (linha 18), não haveria mudança de sentido caso o item em destaque fosse substituído pelo artigo definido “**um**”.
- (C) No enunciado “Se nossos desmandos têm origem na colônia, isso não significa que nós, brasileiros, somos irremediavelmente macunaímicos, sem

caráter” (linhas 20-21), a forma verbal “têm” poderia ser grafado sem acento.

- (D) No enunciado “De olho nas eleições municipais deste ano e nas majoritárias de 2010, há que incluir na pauta política a urgente reforma do **Estado...**” (linhas 21-22), é facultativo a grafia com inicial maiúscula do item em destaque
- (E) No trecho “... **há que incluir** na pauta política a urgente reforma do Estado...” (linha 22), o item em destaque expressa exigência obrigatória.

8 Do item em destaque no enunciado

“De olho na única moeda que tem valor a seus olhos – o voto – o político instaura a dinastia familiar, de modo que filhos e descendentes percorram a mesma trajetória” (linhas 11-12),

é correto afirmar que o referido item

- (A) é um pronome oblíquo que indica posse.
- (B) é um artigo definido que restringe o sentido do substantivo “olhos”.
- (C) poderia ser substituído pela locução “até para”, sem prejuízo de sentido.
- (D) deveria estar grafado com o acento indicador da crase.
- (E) é uma preposição, que estabelece uma relação de regência entre um termo regente e outro regido.

9 As vírgulas foram usadas para separar um termo explicativo (aposto) na alternativa

- (A) “Numa instituição religiosa como a Ordem Dominicana, há oitocentos anos o fim do mandato de um superior se traduz na demissão compulsória de todos por ele nomeados”. (linhas 4 a 6)
- (B) “Assim, evitam-se o continuísmo, do ponto de vista político, e o carreirismo, do ponto de vista administrativo”. (linhas 6-7)
- (C) “Na administração pública brasileira pode-se mapear, em detrimento do decoro, frondosas árvores genealógicas.”. (linhas 8-9)
- (D) “Hoje, essa ‘economia das mercês’ explica a presença, no governo federal, de ministros que até ontem lhe faziam acirrada oposição e até o consideravam ‘o mais corrupto da história do Brasil’ (Mangabeira Unger)”. (linhas 16-17)
- (E) “Se nossos desmandos têm origem na colônia, isso não significa que nós, brasileiros, somos irremediavelmente macunaímicos, sem caráter”. (linhas 20-21)

10 No quarto parágrafo, o autor empregou as aspas em “economia das mercês”, “dom” e “redes clientelares” para destacar termos

- (A) próprios do meio político.
- (B) peculiares a uma fase da administração pública.
- (C) indicadores da indignação do autor em face do clientelismo no serviço público.
- (D) empregados em sentido irônico.
- (E) importados de outra língua.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11 Das afirmações abaixo sobre técnicas de organização de arquivos, a única CORRETA é:

- (A) Arquivos randômicos são aqueles em que a determinação do endereço de um registro é baseada no conteúdo de determinado campo daquele registro.
- (B) A organização em árvore B+ é uma forma de organização aceitável para arquivos pequenos, já que, para grandes arquivos, o desempenho das buscas se torna sua principal desvantagem relativa.
- (C) Nos arquivos seqüenciais, em geral, as exclusões de registros são feitas inicialmente de forma lógica (marcação de um campo de controle), para posterior exclusão física, realizada em momento de baixa carga do sistema.
- (D) Arquivos organizados segundo a técnica de *hash* são aqueles indexados por vários campos.
- (E) Índices multiníveis são aqueles que não estão relacionados à chave primária (atributo identificador) do arquivo.

12 Acerca de procedimentos de segurança no uso de programas leitores de mensagens eletrônicas (e-mail), identifique a recomendação **INCORRETA**:

- (A) Não acessar diretamente *links* que, eventualmente, apareçam no conteúdo da mensagem.
- (B) Desconfiar de arquivos anexos à mensagem, salvo os enviados por pessoas ou instituições conhecidas.
- (C) Somente abrir/executar programas anexos após verificá-los com um antivírus devidamente atualizado.
- (D) Desligar o modo de visualização de mensagens em formato HTML.
- (E) Desligar as opções de execução de JavaScript e de programas Java.

13 Sobre os dispositivos de armazenamento, a opção, abaixo, em que se listam os dispositivos na ordem de mais rápidos para mais lentos (em termos de tempo de acesso) é

- (A) memória cache, memória principal, HD e disco ótico.
- (B) disco ótico, memória cache, memória principal e HD.
- (C) memória principal, HD, disco ótico e memória cachê.
- (D) HD, disco ótico, memória cachê e memória principal.
- (E) HD, disco ótico, memória principal e memória cachê.

14 Sobre arquitetura e organização de computadores, julgue como V (verdadeira) ou F(falsa) as afirmativas:

- I Uma arquitetura de processador de 32 *bits* significa que as palavras da memória principal são também de 32 *bits*.
- II Um *byte* possui 7 *bits*.
- III Um caractere ASCII pode ser representado num *byte*.

Está correta a alternativa:

- (A) VVV.
- (B) FFF.
- (C) FFV.
- (D) FVV.
- (E) VFV.

15 Considere a planilha abaixo.

	A	B	C	D	E	F
1		valor	nota			
2	x	150	10,00			
3	y	50				
4	z	100				
5	w	0				
6						

Copiando-se a fórmula da célula C2 mostrada, acima, para as células C3, C4 e C5, teremos nestas células, respectivamente, os valores:

- (A) 10,00; 10,00; 0,00.
- (B) 33,33; 66,66; 0,00.
- (C) 66,66; 10,00; 10,00.
- (D) 3,00; 2,00; 0,00.
- (E) 0,00; 33,33; 66,66.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PEDAGOGO)

16 Segundo a LDB 9.394/96, em seu art. 44, a Educação Superior abrange os seguintes cursos e programas:

- (A) Cursos Seqüenciais, Cursos de Graduação, Cursos de Pós-Graduação e Cursos de Extensão.
- (B) Cursos de Graduação, Cursos de Pós-Graduação e Cursos de Extensão.
- (C) Cursos de Pós-Graduação, Cursos de Graduação, Cursos de Extensão e Cursos Profissionalizantes.
- (D) Cursos Seqüenciais, Cursos de Graduação, Cursos de Pós-Graduação e Cursos Profissionalizantes.
- (E) Cursos de Graduação, Cursos de Pós-Graduação e Cursos de Extensão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO DA CARREIRA DE TÉCNICO– ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - EDITAL 020/2008-UFGA

17 Sobre os princípios contidos nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação, é correto afirmar:

- (A) Os Cursos devem obedecer às recomendações feitas pelo Sistema Nacional de Avaliação na configuração de sua estrutura curricular.
- (B) O ensino e a pesquisa são os pilares fundamentais da atividade acadêmica em educação superior.
- (C) A flexibilidade curricular é o princípio que possibilita desamarrar a estrutura rígida dos currículos, tornando-os dinâmicos e abertos permanentemente às mudanças, possibilitando ao aluno imprimir ritmo e direção ao seu curso.
- (D) A pesquisa como princípio educativo e a prática profissional são os princípios fundamentais para a base de uma sólida formação teórica em nível superior.
- (E) O mercado de trabalho e a produção de perfis profissionais adequados para as suas demandas devem ser os princípios mobilizadores das propostas curriculares dos Cursos de Graduação.

18 Considera-se como marco da fundação do ensino superior brasileiro a seguinte medida:

- (A) A criação dos cursos jurídicos em Olinda-Pe em 1827.
- (B) A criação da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro em 1935.
- (C) A instalação da Faculdade de Medicina em São Paulo em 1912.
- (D) A fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934.
- (E) A criação das Escolas médico-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808.

19 A Lei nº 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dele fazem parte os seguintes procedimentos avaliativos:

- (A) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE).
- (B) A avaliação Interna, feita pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), e o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (Enade).
- (C) A avaliação externa feita pelo INEP e a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG).
- (D) A Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies, que inclui auto-avaliação e avaliação externa), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE).
- (E) A avaliação feita pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a avaliação externa feita pelo INEP.

20 As instituições públicas de educação superior contam, em sua estrutura de gestão, com órgãos colegiados superiores, responsáveis pelo estabelecimento das políticas macro-institucionais. São eles:

- (A) Conselho Superior Universitário, Conselho Superior de Administração e Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão.

- (B) Conselho Superior Universitário e Câmaras, e Comissões Específicas de Análise e Proposição das Políticas.
- (C) Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão e Câmaras de apoio administrativo e jurídico.
- (D) Congregação Superior, Congregação de Ensino, Congregação de Pesquisa e Congregação de Extensão.
- (E) Conselho Superior Universitário e as Congregações de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

21 Os recursos que permitem o financiamento das instituições federais de ensino superior saem do Fundo Público Federal (FPF). O orçamento das IFES é discutido e aprovado pelo Congresso Nacional e faz parte do orçamento geral da União, no capítulo dedicado ao MEC. Sobre a execução orçamentária das IFES, esta é feita nos seguintes blocos de despesas:

- (A) Pessoal, Encargos Sociais e Outras despesas correntes.
- (B) Investimentos, Pesquisas, Pessoal ativo, Custeio e material permanente.
- (C) Despesas correntes (pessoal ativo, material de consumo, aquisição de material de consumo, pagamento de serviço de terceiros, contribuição de previdência social entre outras) e Despesas de Capital (obras públicas, aquisição de material permanente, aquisição de imóveis, etc.).
- (D) Pessoal e Encargos Sociais (ativo e inativo, pensionistas, salário-família, previdência, etc), Outras Despesas Correntes, Investimentos e Capital e Inversões Financeiras.
- (E) Despesas de Capital, Aquisição de equipamentos e Realização de obras e Investimentos para pesquisa científica.

22 O conceito de Extensão Universitária, referenciado na atual literatura educacional e nos documentos produzidos nos encontros nacionais da área, é:

- (A) Atividade Extracurricular que concorre para uma melhor formação acadêmica e profissional do aluno de graduação.
- (B) Toda atividade comunitária feita pelo aluno durante seu curso de graduação que lhe proporciona socializar seus conhecimentos com aqueles excluídos da educação superior.
- (C) É o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.
- (D) É todo movimento de troca de saberes entre os diferentes cursos ou estruturas acadêmicas que permite a interdisciplinaridade na formação dos estudantes de graduação.
- (E) Atividade extracurricular que procura articular as diferentes fases da formação acadêmica do estudante por meio de encontros, congressos e outras formas de socialização do conhecimento.

23 No documento “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): Bases para uma nova proposta da Educação Superior”, são destacados princípios para a Avaliação Institucional da Educação Superior, **EXCETO** o que se refere a (ao):

- (A) Regulação e Controle; Educação como um direito social e dever do Estado; e globalidade.
- (B) Integração local e regional; Premiação por mérito; e alcance das metas pactuadas.
- (C) Prática social com objetivos educativos; Legitimidade; Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado.
- (D) Continuidade, Educação como um direito social e dever do Estado; valores sociais historicamente determinados.
- (E) Globalidade; e Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado.

24 Considere uma taxonomia dos procedimentos da aprendizagem com ações didático-pedagógicas voltadas, prioritariamente, para o desenvolvimento criativo e ampliado da compreensão de alunas e alunos como protagonistas de sua formação. **NÃO** se enquadram nessa perspectiva:

- (A) As percepções exclusivas e únicas sobre as situações sem quaisquer interferências de outras pessoas.
- (B) O confronto com tentativas “históricas” de solução.
- (C) A reflexão pessoal sobre o caminho percorrido.
- (D) A evocação pessoalizada de observações e aprendizagens anteriores.
- (E) A tentativa pessoal de solução dos problemas encontrados.

25 Entre as diferentes modelizações de gestão, há teorizações recentes sobre o modelo da “Anarquia Organizada”, com algumas manifestações por parte de renomados educadores. De um ponto de vista científico, podemos dizer que a “anarquia organizada” é

- (A) a ausência de hierarquia pela construção do poder coletivo e sem qualquer forma de autoridade única ou de grupos constituídos.
- (B) uma situação da gestão em que os processos de vivência entre grupos é de enfrentamento e disputa pelos espaços institucionais, o que torna o clima organizacional caótico e em estágio de permanente ruptura.
- (C) um modelo em que os objetivos são considerados pouco claros e em conflito, e as tecnologias são consideradas ambíguas e incertas.
- (D) um modelo organizacional de contestação às estruturas burocráticas que procura reforçar as ações e práticas de grupos sociais, no interior das instituições, que contesta o centralismos e as normas hierárquicas.

(E) um modelo de organização que busca implantar-se a partir da total ruptura com outros modelos que possam existir na instituição para que assim possa orientar novas lógicas e paradigmas de gestão.

26 Um dos segmentos que devem ser observados, acompanhados e analisados nas diferentes perspectivas do contato entre as instituições de educação superior (IES) são os egressos de seus diferentes cursos e processos formativos. Sobre a importância dos egressos, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) O tratamento de tal questão fortalece a legitimidade da IES no seu contexto de atuação.
- (B) Os egressos criam uma identidade com a IES, o que significa a capilarização da Instituição no seio da sociedade.
- (C) As informações obtidas junto a estes segmentos podem auxiliar na constituição de decisões mais sólidas e concretas de gestão e planejamento da IES, calcadas nas informações dos próprios egressos.
- (D) As referências curriculares devem estar fundamentadas nas perspectivas dos egressos enquanto única e exclusiva dimensão epistemológica.
- (E) É importante levantar as expectativas dos egressos como dimensão de consolidação de ações de educação continuada na IES.

27 O planejamento no campo educacional é um aspecto que volta a tomar corpo nos últimos anos a partir de uma compreensão de que as ações na área não se podem estabelecer dentro de um horizonte de desarticulação, em passos pontuais e desconexos. Em vista de tal entendimento é possível afirmar que

- (A) o planejamento não pode ser estabelecido em períodos muito longos, devido às rápidas e constantes transformações que a sociedade sofre, o que traz situações novas que precisam ser rapidamente equacionadas.
- (B) o estabelecimento de prioridades é, em qualquer situação, grave equívoco ao discriminar outras opções que serão, portanto, secundarizadas.
- (C) o planejamento não tem condições de apontar os impactos e desdobramentos de suas ações pelo fato de as pessoas serem diferentes e sentirem de maneira distinta os processos em que são envolvidas.
- (D) O planejamento é sempre uma forma reativa, pelo sentido de superação das situações já desencadeadas que acarretaram muitos problemas.
- (E) O planejamento é o esclarecimento estratégico do horizonte a ser alcançado e dos passos concretos a serem dados para alcançar finalidades.

28 Nos processos de gestão, a burocracia, a partir de uma percepção simplista e pouco consistente, é entendida sempre como negativa e pejorativa. No entanto, estudos sociológicos mais aprofundados e abordagens inovadoras em educação têm permitido uma compreensão mais complexa da racionalidade burocrática. Nesse sentido, pode-se afirmar que

- (A) a burocracia é comprometida apenas com o controle dos resultados dos processos organizacionais.
- (B) a burocracia acentua o consenso e a clareza dos objetivos organizacionais.
- (C) a burocracia considera que os erros, afetos e sentimentos podem ser vistos como elementos racionais para se entender as organizações.
- (D) a racionalidade é uma dimensão exclusiva da burocracia.
- (E) a burocracia, dentro de uma perspectiva analítica, considera as estruturas formais e informais nos processos de planejamento e tomada de decisão.

29 Em relação à Educação a Distância, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Foi regulamentada pelo decreto nº 5.620/05, com normatização definida na portaria Ministerial nº 4.362/04.
- (B) É uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação.
- (C) Organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais.
- (D) A Educação a Distância, no nível da educação superior, poderá ser ofertada para os programas: seqüenciais, de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado.
- (E) Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

30 De acordo com o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, constitui meta na educação superior:

- (A) Estabelecer, em nível regional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciadas de suas clientelas e às peculiaridades regionais nas quais se inserem.
- (B) Assegurar, parcialmente, autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas e integralmente às instituições privadas.
- (C) Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos seqüenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.

(D) Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe exclusivamente o setor público, promovendo a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

(E) Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades brasileiras, dobrando, anualmente, o número de pesquisadores qualificados.

31 A autonomia universitária, prevista pela Constituição Federal de 1988, deve ser exercida nas dimensões:

- (A) financeira, didático-científica e política.
- (B) financeira e patrimonial, curricular e de conhecimento.
- (C) regional, administrativa na eleição de cargos de direção e didático-científica.
- (D) didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- (E) institucional, didático-científica e financeira e patrimonial.

32 Constitui princípio da educação, de acordo com a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

- (A) proselitismo educacional.
- (B) pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.
- (C) existência, prioritária, de instituições públicas de ensino.
- (D) valorização da experiência escolar.
- (E) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade à educação superior.

33 Sobre a Lei nº. 10.861 de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), é correto afirmar:

- (A) O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos estados, municípios e do Distrito Federal.
- (B) A avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, discentes e de pesquisadores nacionais e visitantes, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.
- (C) O ENADE é componente curricular optativo dos cursos de graduação, inscrito no histórico escolar do estudante como situação regular, atestada pela sua efetiva participação.
- (D) Será responsabilidade do Ministério da Educação a inscrição, junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.
- (E) O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

34 A Lei nº. 8.069 de 1990, mais conhecida como ECA, ao dispor sobre o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, afirma:

- (A) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- (B) Compete ao conselho escolar, instalado nas escolas públicas, recensear os educandos no ensino fundamental, médio e EJA, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.
- (C) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência em idade apropriada, obrigatoriamente em ambientes especializados.
- (D) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, obrigatório e gratuito aos que se encontram na idade apropriada, e o ensino médio aos que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (E) É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, no entanto, a eles é vedada a participação na definição das propostas educacionais.

35 Uma das medidas adotadas pela Reforma do Ensino Superior, no final da década de 60, foi a

- (A) extinção dos departamentos.
- (B) matrícula por blocos seriados a partir de um conjunto de disciplinas comuns.
- (C) matrícula por disciplina, que institui o regime de créditos.
- (D) institucionalização de um processo seletivo unificado pelo MEC para as universidades brasileiras.
- (E) criação das unidades acadêmicas, ou seja, das faculdades.

36 As Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com o parecer nº. 776/97, da Câmara da Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, constituem:

- (A) Procedimentos pedagógicos e metodológicos que possuem como finalidade incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento.
- (B) Proposta de avaliação da educação superior por meio da utilização de instrumentos variados que sirvam para informar docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas desenvolvidas.
- (C) Propostas curriculares que assegurem a necessária centralização e unificação dos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades do sistema nacional de educação definido pela LDB.
- (D) Orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente respeitadas por todas as instituições de ensino superior, visando

assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes.

- (E) Um processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

37 De acordo com a LDB, no que se refere à educação superior, é correto afirmar:

- (A) Na educação superior, o ano letivo regular, independentemente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (B) Na educação superior, o ano letivo regular, independentemente do ano civil, tem, no mínimo, cento e oitenta dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (C) A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos ilimitados, podendo ser renovados por doze meses a pedido da instituição requerente.
- (D) Os diplomas expedidos pelas instituições não universitárias serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.
- (E) A educação superior abrange, na totalidade de sua organização, duas modalidades de cursos: os de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, e os cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado.

RESOLVA AS DUAS QUESTÕES DISCURSIVAS NO FORMULÁRIO ESPECÍFICO QUE SERÁ ENTREGUE JUNTO COM O CARTÃO-RESPOSTA E O BOLETIM DE QUESTÕES.

QUESTÃO 01

A Pedagoga Luciana, coordenadora do GT de flexibilização curricular da Pró Reitoria de Ensino de Uma Universidade, recebeu em mãos o projeto pedagógico de um curso de graduação para analisar e dar parecer. Após leitura atenta, percebeu que no referido documento não estava previsto o mínimo de dez por cento do total da carga horária do curso a atividades de Extensão e Pesquisa. Para ser coerente com a legislação educacional vigente, ela deverá solicitar a presença do responsável pela proposta e dar a seguinte orientação:

QUESTÃO 02

Em uma reunião de estudos sobre planejamento Maria, Cristina e Elizângela — pedagogas do departamento acadêmico de uma universidade — chegaram à conclusão de que o projeto pedagógico de um determinado curso de sua universidade se apresentava nas seguintes condições:

- a) Um curso de graduação, como qualquer outro projeto, caracteriza-se como um horizonte de possibilidades e sua confecção deve se constituir, de acordo com LDB, em um processo participativo e democrático. Segundo a documentação apresentada, o referido projeto foi elaborado por uma comissão técnica com atribuições específicas, fato que desconsiderou a participação dos segmentos constituintes do curso em tela;
- b) O referido projeto apresentava-se, em currículos mínimos, situação incompatível com as orientações normativas atuais.

A partir de então, elas passaram a orientar os responsáveis pela construção dos projetos pedagógicos do curso a realizarem os seguintes procedimentos:
